



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1484/12	DATA: 13/11/2012
INÍCIO: 15h17min	TÉRMINO: 16h35min	DURAÇÃO: 1h18min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h20min	PÁGINAS: 29	QUARTOS: 16

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Vereador, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso da Câmara Municipal de Manaus, no Estado do Amazonas.

SUMÁRIO: Indagação sobre notícias veiculadas pela imprensa sobre tráfico de pessoas na cidade de Manaus.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



A SRA. PRESIDENTE (Deputado Erika Kokay) - Vamos dar início à nossa audiência pública.

Vamos, então, proceder à leitura da ata, mas antes solicito e pergunto às Sras. e Srs. Deputados presentes se acham que é necessária sua leitura, uma vez que ela foi disponibilizada para o conjunto das Deputadas e Deputados membros desta Comissão.

A SRA. DEPUTADA IRACEMA PORTELLA - Solicito a dispensa da leitura da ata.

A SRA. PRESIDENTE (Deputado Erika Kokay) - Dispensada a leitura da ata, atendendo ao pedido da Deputada Iracema Portella.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que aprovam a ata permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata foi aprovada.

Nós vamos, então, passar para os expedientes.

Aqui foi distribuída às Deputadas e aos Deputados a síntese das correspondências recebidas na Comissão, cujos originais se encontram à disposição para consulta na Secretaria da CPI.

Comunico que o Deputado Arnaldo Jordy justificou sua ausência à reunião da CPI realizada no dia 27 de setembro, no Município de Recife, Estado do Pernambuco.

Vamos, então, passar à nossa audiência pública.

Nós queremos chamar o Vereador Elias Emanuel Rebouças de Lima, que é Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso da Câmara Municipal de Manaus, no Estado do Amazonas. Eu gostaria de convidá-lo para compor a Mesa para que nós possamos, então, fazer as perguntas e os questionamentos necessários para que possamos ter os elementos necessários para a composição do relatório.

O Vereador Elias Emanuel Rebouças teve, em primeiro momento, um convite desta CPI para que pudesse estar aqui. Na ocasião também foram convidados o representante da Capitania dos Portos do Estado do Amazonas e a representante



da Amazonastur, que é empresa de turismo daquela localidade, mas o Vereador não pôde estar presente no momento. Portanto, nós aprovamos a sua convocação e ele se encontra aqui no dia de hoje.

Nós vamos, então, proceder da seguinte forma, Vereador Elias Emanuel Rebouças de Lima: nós vamos lhe conceder um prazo inicial de 10 minutos para que V.Exa. possa fazer as suas colocações. Acho que V.Exa. sabe por que foi convocado para esta CPI. Enfim, em função de declarações que foram dadas por V.Exa. no Estado do Amazonas, na perspectiva de denunciar ou de relatar ao conjunto da sociedade brasileira e amazonense a existência de leitos que estariam reservados nos hotéis daquela localidade com a perspectiva de dar infraestrutura a um processo criminoso de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Nós sabemos — e tivemos a oportunidade de fazer essa discussão, de forma bastante aprofundada, na audiência pública com a representação da Amazonastur e também da Capitania dos Portos — que o Estado do Amazonas e também a cidade de Manaus têm ocupado, via de regra, ou de quando em quando, as páginas de jornais, anunciando que ali haveria uma estrutura de exploração sexual de crianças e adolescentes encoberta por um turismo de pesca ou um turismo naquela região.

Aqui mesmo no Distrito Federal, nós já tivemos a oportunidade de acompanhar um caso do então Presidente da Câmara, que esteve num iate, um iate que seria ou que estaria abrigando uma atividade de turismo de pesca. Na ocasião, houve um grupo de adolescentes que saiu do iate em uma embarcação conhecida como voadeira e essa embarcação sofreu um acidente. No processo de investigação das condições, das circunstâncias do acidente, descobriu-se que, em verdade, o turismo de pesca apenas encobria atividades de exploração sexual de uma forma extremamente aviltante para a dignidade não só daquelas meninas que ali estavam como do conjunto da sociedade. Esse processo ensejou uma investigação aqui no Distrito Federal, mas ele foi uma demonstração e pontuou a necessidade de nos aprofundarmos acerca da existência de exploração sexual e turismo sexual naquela região, mas de exploração sexual com o funcionamento de redes encobertas pelo turismo de pesca naqueles iates.

O que me surpreendeu, e nós tivemos a oportunidade de falar isso aqui para o representante da Capitania dos Portos daquela região, é que os ocupantes, ou



seja, os integrantes desse, teoricamente, turismo de pesca embarcaram, de madrugada, num iate que não estava atracado ao porto e que foi atingido através de uma lancha. Eles embarcaram em uma lancha, que os levou para o iate que se encontrava a uma certa distância do próprio porto e do cais. Ali entraram numa embarcação. Todas as investigações, enfim, elucidaram que havia um turismo de pesca apenas como um manto a encobrir redes de exploração sexual. E as adolescentes, naquele caso, se retiraram, enfim, tiveram acesso a essa voadeira, que acabou sofrendo um acidente, e vieram a falecer, inclusive, alguma dessas meninas em função da discordância ou da polêmica acerca do valor que seria pago a essas adolescentes para o exercício da exploração sexual, inclusive com nomes de aliciadoras.

Enfim, foi uma investigação muito aprofundada, que dialoga e se soma às declarações de V.Exa., quando dizia que foi procurado por uma funcionária sem identificação — não há identificação dessa funcionária — da Amazonastur, que dizia que a instituição estaria fazendo um levantamento dos leitos disponíveis para serem ofertados no fluxo de turistas que se imagina terá o Brasil com os eventos esportivos. E ao se fazer esse levantamento dos leitos, inclusive leitos em motéis que poderiam ser disponibilizados para abrigar e para colher os turistas, descobriu-se que parte desses leitos nesses motéis estariam reservada para atividades envolvendo exploração sexual de crianças e adolescentes naquela cidade de Manaus.

Portanto, em função dessa declaração que foi feita por V.Exa., se ensejou e se articulou uma série de fatos, que já foram objetos de matérias na imprensa daquela região e também na imprensa nacional, que apontam a existência de uma rede de exploração sexual, que será, inclusive, objeto de investigação e de diligência desta Comissão.

Esta Comissão estará na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas. Irá não apenas a Manaus, a Capital, onde fará uma audiência pública, mas também irá a São Gabriel da Cachoeira, onde, fartamente, Deputada Rosinha da Adefal, a imprensa tem divulgado a existência de um verdadeiro comércio de virgindade de meninas naquela cidade. A virgindade estaria sendo ofertada e vendida por 20 reais, ou por um aparelho celular, ou até por uma caixa de bombons numa região em que



seriam vítimas as meninas ribeirinhas, indígenas, que estariam, portanto, sendo ultrajadas na sua própria infância, na sua adolescência, ultrajadas na sua condição humana e estariam sendo ofertadas como se coisas e mercadorias fossem no Município de São Gabriel da Cachoeira. Nós iremos lá. Nossa previsão é que estejamos, tanto em Manaus quanto em São Gabriel da Cachoeira, nos dias 26 e 27 deste mês de novembro.

Nós também, a título de informe, estaremos tendo audiência pública no dia 28 e estaremos fazendo uma diligência no Rio de Janeiro, em função de requerimento da Deputada Liliam Sá e do Deputado Jean Wyllys, entre os dias 3 e 5 de dezembro.

Portanto, em verdade essa é a programação, que passa no dia de hoje por escutarmos o Vereador Elias Emanuel Rebouças de Lima, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Idoso da Câmara Municipal de Manaus.

Então, passo a palavra ao Vereador, apenas esclarecendo que V.Exa. pode dispor de um tempo de até 20 minutos. Em seguida, vamos passar a palavra para a Relatora, Deputada Liliam Sá, que, a qualquer momento, de acordo com seu interesse e com a sua necessidade, pode fazer uso da palavra, porque são elementos que precisam ser colhidos para a elaboração do relatório. Depois da Deputada Liliam Sá, nós abriremos para que os Deputados, mais especificamente as Deputadas que aqui se encontram, possam também fazer uso da palavra, se assim o desejarem.

Portanto, vou passar a palavra a V.Exa., que disporá de um prazo de até 20 minutos para fazer sua exposição inicial. Obviamente que ela poderá ser acrescida de perguntas e esclarecimentos a serem dirigidos a V.Exa.

Com a palavra, então, o Vereador Elias Emanuel Rebouças de Lima, Presidente da Comissão de Defesa de Direitos da Criança e do Idoso da Câmara Municipal da cidade de Manaus.

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Muito bem, Presidenta, muito obrigado, boa tarde a todos. Eu queria cumprimentar a Deputada Erika Kokay, Presidenta desta Comissão; quero cumprimentar também a Deputada Liliam Sá, autora do requerimento que me trouxe a esta Casa e a esta Comissão. Antes de mais nada, eu gostaria de apresentar aqui as minhas desculpas por não ter participado da audiência do dia 30 de outubro, terça-feira, às 14h30min, aqui nesta



Casa, em virtude de ter participado do pleito municipal na cidade de Manaus, onde foi vitorioso o ex-Senador Arthur Virgílio Neto. Eu faço parte do PSB, partido que fez parte do arco de aliança do ex-Senador Arthur Virgílio, novo Prefeito eleito da cidade de Manaus, e estava também cuidando dos detalhes da minha prestação de contas como candidato. Eu sou Vereador, pelo segundo mandato, do PSB, e, graças a Deus e ao povo de Manaus, eu consegui a minha reeleição no último dia 28 de outubro. Pois bem, eu queria me ater aos fatos do requerimento de autoria da Deputada Liliam Sá, e aqui recompor a verdade dos fatos que aconteceram. Eu sou Vereador de Manaus, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso na Câmara Municipal de Manaus, e, como tal, participei de várias reuniões na Secretaria de Ação Social do Governo do Estado, preparatórias para a Marcha de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que, naturalmente, acontece no País inteiro no dia 18 de maio. Inclusive, sou Vereador autor do projeto que se transformou em lei, que coloca essa marcha no calendário oficial do Município de Manaus. Quando participei de uma dessas reuniões na SEAS, a Secretaria de Assistência Social, no término da reunião, uma pessoa, dizendo-se servidora da Amazonastur, que é uma empresa governamental de turismo do Amazonas, falou-me desse estudo de acessibilidade e quantidade de leitos de hotéis e pousadas em Manaus com vistas à preparação da cidade, tendo consequência de que a cidade de Manaus é uma das sedes da Copa do Mundo de 2014. E essa servidora se mostrou muito preocupada com a possibilidade de, nos motéis, haver o aluguel de alas para aqueles turistas que fazem parte da temporada de pesca esportiva no Estado do Amazonas, que acontece a partir de setembro até os primeiros meses do ano seguinte. Essa é uma temporada que atravessa de um ano para o outro, e as agências estariam alugando alas de motel para esses turistas na cidade de Manaus. Preocupado com o que foi me relatado, fiz um pronunciamento na Câmara Municipal de Manaus e ia recorrer à ajuda do Ministério Público para a investigação deste caso. Após o meu posicionamento na Câmara, infelizmente, essa pessoa que fez a denúncia não quis se identificar e não deixou rastros. Eu fui investigar o caso, entrei em contato com a Amazonastur, entrei em contato com a SEAS, conversei com o Ministério Público e nenhum deles tem comprovação desse fato. Dei por encerrado esse assunto.



Suponho que a assessoria da Deputada Liliam Sá tenha visto que o meu pronunciamento se transformou numa notícia no Blog do Holanda, que é hoje em Manaus o blog político mais lido na cidade. Aí fui surpreendido com o convite e a convocação e estou aqui me colocando à disposição desta Comissão que julgo de ter a importância das mais relevantes da Câmara Federal. A Deputada acaba de colocar fatos, a Deputada Erika Kokay, de supostas redes de aliciamento de menores em Municípios que ela mencionou, como São Gabriel da Cachoeira. Há indícios também dessa relação, que eu diria criminosa, no Município de Iranduba. Mas, devido às limitações que a lei orgânica... Primeiro a Constituição Federal, a lei orgânica do meu Município e o Regimento Interno da Câmara Municipal, eu não tenho nenhuma prerrogativa de instaurar qualquer investigação que seja fora dos limites do meu Município. Sou Vereador, então a minha atividade parlamentar ela está restrita aos limites do meu Município. Por exemplo, a senhora mencionou essa questão de rede de exploração que poderia haver. Ultimamente, saíram fatos nos jornais em Manaus sobre o sumiço de menores no Município de Iranduba, que fica a 25 quilômetros da cidade de Manaus. O que nos separa é o Rio Negro, numa distância de 13.500 metros, e mais uma estrada. São 25 quilômetros, mas isso acontece no Município de Iranduba. O que um Vereador de Manaus teria como autoridade para instaurar um processo investigativo no Município de Iranduba? Ou este outro caso que a Deputada Erica acaba de colocar, que me parece de grande vulto e de enorme preocupação, que é o caso de possível aliciamento de menores indígenas em São Gabriel da Cachoeira. Para quem não sabe, São Gabriel da Cachoeira fica na região da Cabeça do Cachorro, bem ao norte do Amazonas, e sua população é na maioria composta de povos indígenas; 90% da população de São Gabriel da Cachoeira é composta de povos indígenas. Até mesmo o Exército brasileiro, que está postado lá numa missão estratégica de guarnecer as nossas fronteiras, a maioria esmagadora do seu efetivo é composta de índios da região. Então, eu vejo com muita preocupação todo esse cenário colocado aqui, Deputadas, mas a minha circunscrição em Manaus impede que eu faça investigação diante desses fatos. Já acredito que a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, que tem uma comissão de defesa da criança e do adolescente; a Secretaria de Estado, que tem um gabinete de gerenciamento institucional que trava discussões nesse



sentido; a Delegacia Especializada da Criança e do Adolescente, que tem como titular a Dra. Linda Gláucia de Moraes, e tem também na Assembleia o Deputado Josué Neto, são pessoas adequadas a responder todos os questionamentos impostos por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Eu tive a preocupação, logicamente, de noticiar aquilo que a pessoa me falou, porque vi já em reportagens nacionais que esse levantamento de acessibilidade dos leitos de hotéis é algo comum que está acontecendo em todas as sub sedes da Copa do Mundo. Onde há carência de leitos de hotel, as autoridades do turismo estão averiguando também a acessibilidade em motéis, que podem ser transformadas em hotéis no período da competição. Mas volto a afirmar a todos vocês aqui, à Comissão, à Deputada Erika, à Deputada Liliam que, após o meu pronunciamento, não encontrei concretude naquilo que aquela pessoa me falou e, por isso, não dei prosseguimento a nenhuma representação no Ministério Público Estadual. Conversei também com o Promotor da Vara da Infância e da Adolescência no Ministério Público, ele também se disse preocupado com o fato, mas que não havia nenhum registro ou indício desse tipo de ocorrência na cidade de Manaus. Eu quero dizer à senhora, Deputada, que a atividade da pesca esportiva no Estado do Amazonas é uma atividade hoje que a previsão da própria Amazonastur é que este ano ela movimente 32 milhões de reais nessa atividade e que mais de 8 mil turistas, não só estrangeiros, mas do Brasil como um todo, devem se deslocar para essa pesca esportiva que acontece nos rios de águas escuras, e a preferência de quem participa desse tipo de esporte é a pesca do tucunaré. Então, a pesca esportiva persiste na pesca e também depois devolver o peixe ao rio. Agora, quero crer que 8 mil pessoas não estejam indo ao Amazonas para uma atividade ilícita, porque a pesca esportiva não é uma realidade apenas do Estado do Amazonas, mas é algo inerente de todo lugar. Semana passada estive aqui em Brasília e fui até Caldas Novas. No meio do caminho, encontrei um pesque-pague, que não deixa de ser uma forma de pesca esportiva, logicamente que não tem a magnitude de você pescar nos rios da Amazônia com o chamariz que significa hoje ir à região amazônica. Então, quero dizer a senhora que era isso que tinha a declarar e estou à inteira disposição; me coloco aqui, em nome da Presidência da Câmara Municipal de Manaus, à inteira disposição. Minha Comissão, a nossa Casa está à disposição de colaborar com esta Comissão para



que qualquer tipo de fato criminoso seja elucidado e os culpados, de maneira eficaz, punidos. Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Vereador, é óbvio que o senhor não escutou aqui, porque não foi falado, que toda pesca esportiva no Estado do Amazonas, particularmente na região de Manaus Barcelos, era para encobrir o turismo ou as redes de exploração sexual, porque isso não foi dito aqui. Então, obviamente que existe o turismo de pesca, a pesca esportiva e que é uma atividade inclusive que tem retorno econômico no Estado do Amazonas. As denúncias que nos chegaram, particularmente as que envolvem ou envolveram o Presidente da Câmara Distrital aqui do Distrito Federal, encobriam um processo de exploração sexual de crianças e adolescentes. Até porque a pesca de tucunaré, naquele caso específico, estava se dando num período onde não havia tucunarés a serem pescados. Portanto, obviamente, nós entendemos que é uma atividade.

Essa discussão nós fizemos aqui com o Amazonastur e com a Capitania dos Portos, e infelizmente V.Exa. não teve como vir naquela ocasião, de que não se está criminalizando a pesca esportiva no Estado do Amazonas; apenas se exigindo que haja um processo de fiscalização. Até porque, se nós conhecemos a amplitude das denúncias que surgem no Município de Manaus e no Estado do Amazonas, V.Exa., não apenas como Parlamentar, mas também como militante da defesa dos direitos da criança e do adolescente, também deve conhecê-las.

Passo a palavra para a Relatora, Deputada Liliam Sá, para que ela possa fazer suas considerações, depois para os Deputados e Deputadas que tiverem a intenção de usar a palavra.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Boa tarde a todos.

Eu gostaria de agradecer a colaboração ao Vereador Elias Emanuel, que está se colocando à disposição desta CPI.

Mas Vereador, há quanto tempo o senhor milita na área da criança e do adolescente?

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Deputada, eu devo esclarecer que sou Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Idoso desde fevereiro de 2011.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas antes o senhor não militava nessa área?

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Não, senhora.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Passou a militar em 2011, não é?

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Sim, senhora.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Estiveram aqui conosco a Sra. Luciana Vieira de Souza, que é Chefe do Departamento de Registro, Fiscalização e Estatística da Empresa Estadual de Turismo do Amazonas. O senhor conhece essa senhora?

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Não, senhora.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O senhor chegou a falar com ela alguma vez?

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Não, senhora.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O senhor disse que entrou em contato com a Amazonastur. Com quem que o senhor se reportou no Amazonastur?

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Conversei com a Presidente da Amazonastur, Dra. Oreni Braga, e ela disse que não há esse estudo.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não havia esse estudo?

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Não.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas o senhor confirmou... O senhor disse aqui que isso se tornou notícia. O senhor fez um pronunciamento, e se tornou notícia que o senhor iria pedir uma representação ao Ministério Público do Estado que investigasse a questão da pesca turística em Manaus.

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - A representação teria o foco de investigar...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas o senhor só falou que, de repente, virou notícia. É isso?

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Houve um pronunciamento meu na Câmara Municipal de Manaus. Aí, o pronunciamento que fiz na Câmara virou notícia no Blog do Holanda.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas o senhor publicou no seu blog também.



O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Não. A senhora está de mãos aí... Não, no meu blog também...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - A assessoria do Vereador.

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Isso. E a senhora está em mãos com a página da Câmara Municipal de Manaus.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Das notícias.

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Isso, exatamente.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas, nesse momento, por que o senhor não desmentiu então essa versão? O senhor disse que não teve indícios de que existiria essa pesca esportiva com a intenção de se fazer, de se encobrir o turismo sexual. Então, por que o senhor não desmentiu essa versão?

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Deputada, se eu cometi um equívoco foi justamente não apresentar um desmentido. Somente isso. Entendeu? Agora, veja só: como eu disse anteriormente na minha apresentação, eu fiz uma breve investigação, não encontrei fatos que pudessem nutrir a minha representação no Ministério Público e dei por encerrado.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas o senhor sabia que existe uma investigação dos Estados Unidos que está investigando o Brasil em relação à prática da pesca esportiva por causa do turismo sexual em Manaus? O senhor está sabendo disso?

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Deputada, eu não tenho conhecimento dessa investigação americana, dos Estados Unidos, com foco na pesca esportiva no Estado do Amazonas. Esse é um fato que eu tomo conhecimento agora. Não tinha esse conhecimento.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Está aqui, olha:

“Departamento de Justiça americano investiga turismo sexual infantil na Amazônia (...)

O Departamento de Justiça dos Estados Unidos abriu investigação criminal sobre expedições de pesca esportiva na Amazônia, que podem ter sido usadas como ‘fachada’ para americanos manter relações sexuais com meninas menores de idade, diz a reportagem do diário



americano 'New York Times', publicada na edição impressa deste sábado. O jornal teve acesso a documentos judiciais que tratam do caso.

A reportagem destaca que a investigação e dois processos relacionados — uma investigação criminal paralela no Brasil e uma ação em corte federal na Geórgia — podem fornecer um raro olhar sobre os negócios da bilionária indústria do turismo sexual (...) o Brasil (...)"

Isso foi em julho de 2011 e o senhor diz não saber.

Então, eu quero perguntar ao senhor: existe turismo sexual em Manaus? O senhor já ouviu falar em turismo sexual em Manaus? A sua Comissão, os conselheiros tutelares já levaram alguma causa dessas para o senhor?

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Deputada, eu não tenho registro. Eu não tenho como afirmar para a senhora que existe turismo sexual na cidade de Manaus. Eu conversei com a Delegada titular da especializada em crimes contra crianças e adolescentes, Dra. Linda Gláucia de Moraes, e ela disse hoje que não há nenhum processo de investigação nesse sentido. Nesse sentido, não há nenhum processo de investigação. Agora, eu vejo com muito bons olhos a ida da Comissão a Manaus, e vejo que todos esses atores que têm informações e responsabilidades em todo o âmbito do Amazonas possam ser ouvidos e acareados por esta Comissão.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, olha só, para sua informação: "*Conselho Tutelar está investigando denúncia de prostituição infantil na feira de Manaus Moderna, no centro (...)*". Isso aí é da sua área, não é?

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Sei, conheço.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - A feira também passa por... Os feirantes precisam ter licença para trabalhar na feira.

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Passa, passa.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É um serviço do Vereador, não é isso?

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Conheço.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, e os conselhos tutelares estão investigando informações preliminares: "*Crianças de 13 anos, com idade entre 12 e 14 anos, fazem programa sexual por rifas no valor de cinco reais.*" Então...

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - É matéria do jornal *Diário do Amazonas*, salvo engano, que está em suas mãos.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Sim, nós temos aqui: "*Polícia investiga prostituição de adolescentes...*" Isso é em presídio, já foge do seu... Em presídio também, mas...

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Hum, hum.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Pela sua... O senhor tem prerrogativas, mesmo como Parlamentar, porque o senhor é Parlamentar, de pedir uma investigação ao Ministério Público e de, também, pedir uma audiência ao Governador para que investigue essas coisas, já que o senhor faz parte da Comissão Permanente de Direitos da Criança e do Adolescente.

Eu fui Vereadora no Rio de Janeiro, fui Presidente da Comissão dos Direitos da Criança e Adolescente e investiguei prostituição no meu Estado, em todo o meu Estado. Isso é prerrogativa do Parlamentar, desde que ele — não é? — se interesse pela matéria e queira amenizar um problema seríssimo que existe e é muito grave.

Então, o meu questionamento foi este: eu achava que o senhor viria aqui trazer para a gente — não é? — esclarecimentos em relação a essas denúncias, que são denúncias gravíssimas de Manaus, não é? "*Virgindade de meninas índias vale 20 reais no Amazonas.*"

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Em São Gabriel da Cachoeira, não é, Deputada?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É, tem várias aqui. Também tem um delegado falando. Quer ver? "*As rotas de exploração sexual de crianças e adolescentes vítimas do tráfico internacional de pessoas também são apontadas pelo estudo do pesquisador Joaquim Hudson Ribeiro, por meio de mapas. As vítimas são aliciadas em Manaus e levadas para países como Colômbia, Venezuela...*"

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Joaquim Hudson de Moraes é padre.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Isso.

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - É padre.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Foi uma denúncia dele, do padre.

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Isso.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - E tem uma do delegado aqui...

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Ele fez uma...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Espere aí...

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - A tese de doutorado dele está embasada justamente no fato da exploração sexual de crianças e adolescentes.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - O senhor poderia falar apenas quando tiver que responder perguntas.

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Perdão, Presidente, perdão.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Há outra coisa. Deixe-me ver aqui. Esta também é do *New York Times*, que também é a mesma investigação que saiu na *Folha*. "*Tráfico humano. Conselho Tutelar registra o desaparecimento de 20 garotos no interior do Amazonas. Meninas indígenas são vítimas de rede de pedofilia*" — que são essas da Fênix, que está aí no... E há um delegado, se eu não me engano... Cadê o nome do delegado aqui... Estão falando também: "*O comércio é em Manaus. Um pequeno grupo de comerciantes 'com dinheiro' se instalou há algum tempo no município e funcionários públicos. O alvo preferido da exploração sexual são meninas virgens.*" Não é? Agora eles pegam meninas de 12, 11 e até de 10 anos.

Nós temos aqui inúmeras denúncias que eu passei às mãos dos Deputados, para que os Deputados possam se inteirar do que está acontecendo em Manaus. E eu fico, assim, me perguntando — não é? Na questão que o senhor diz que não sabe de nada, o senhor disse que também os motéis e hotéis não têm fiscalização. É isso também?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O delegado a que V.Exa...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu não estou achando o nome do delegado.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É Sérgio Fontes. É o Delegado da Polícia Federal do Amazonas. Sérgio Fontes.

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - É Delegado da Polícia Federal.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Sim. E eu gostaria de saber, não é, que providências — o senhor sabendo de tudo isso; o senhor, como Vereador, lutando por uma causa tão nobre que é a criança e o adolescente — a Prefeitura ou se vocês tomaram algum tipo de atitude de denunciar isso ao Ministério Público, de procurar ajudar a desbaratar essa rede que tem atuado em Manaus. Apesar de o senhor dizer que não é sua prerrogativa, mas eu acho que é sim. O senhor, como Parlamentar, o senhor tem que fazer esse tipo de denúncia, o senhor tem que ir ao Governador e ajudar, não é, no que for necessário.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - O senhor pode responder.

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Muito obrigado, Deputada.. Em caráter de colaboração, diante de todas as investigações, eu quero deixar bem claro que gostaria de me colocar à disposição da Comissão sempre e dizer a V.Exas. que a minha Comissão ela é a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Idoso também. O caráter do meu trabalho parlamentar não se restringe apenas à Comissão de Defesa da Criança e do Adolescente, mas também do Idoso. Eu tenho um vasto trabalho de dedicação em torno, por exemplo, da defesa do idoso na cidade de Manaus, da falta de respeito a ele nos terminais de integração do transporte coletivo, dentro dos ônibus, na briga pela implantação na cidade de Manaus das academias abertas à terceira idade — uma realidade já em Brasília, no Rio de Janeiro e Curitiba, mas que em Manaus ainda não chegou —, a luta que a gente tem implementado para a criação da Secretaria do Idoso na cidade de Manaus. E a senhora sabe muito bem que no Rio de Janeiro, hoje, um dos carros-chefes da Administração Municipal do Prefeito Eduardo Paes é a Secretaria do Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida, que é a Secretaria do Idoso. Tenho dedicado muito trabalho em torno dessa outra vertente que também é da minha Comissão, Deputada. Quero dizer à senhora que já convoquei uma audiência no seio da minha Comissão para o próximo dia 27, na Câmara Municipal de Manaus, chamando todos esses atores, inclusive a Amazonastur, para que



possamos fazer uma discussão em torno desse assunto. E digo à senhora que prezo muito pela atividade que desempenho na minha cidade. A prova é tanta que consegui me sagrar Vereador em 2004, eu me reelei em 2008 e, agora, consegui me reeleger para um novo mandato, que começa a partir de janeiro do ano que vem. Quero muito colaborar, quero muito poder ajudar, quero muito poder me debruçar em torno da Comissão e quero muito também, inclusive agora, com a minha vinda aqui, abrir os olhos para essa vertente. O Hudson Joaquim, que a senhora acaba de mencionar, fez uma tese de doutorado, salvo engano, na USP ou na UNICAMP, falando da questão da exploração sexual na cidade de Manaus. Eu tive uma conversa com ele, não faz 10 dias, quando ele me chamou a atenção. E, salvo engano, ele ouviu mais de 9 mil pessoas entre o levantamento que fez nos Conselhos Tutelares, casas do programa Saúde da Família e também de aconselhamento psicológico, que o Padre Hudson hoje faz pela Arquidiocese de Manaus. Então, quero esclarecer à senhora que a gente pretende, logicamente, dar um novo tom ao trabalho da Comissão. Eu digo à senhora que é muito importante tomar conhecimento desses assuntos, mas, além da Comissão, eu tenho as minhas atividades também como Parlamentar em outros aspectos na cidade, também no ramo, na questão, no segmento do idoso. E vejo que há necessidade de olhar-se principalmente em torno desse assunto. E aqui estou para poder somar esforços.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - A minha última pergunta para o senhor. O senhor disse que investigou o caso para o qual foi pedido prioridade — para que o senhor desse prioridade àquilo que estava realmente acontecendo no caso dessa agência de turismo —, e o senhor disse que a senhora desapareceu. Como ela desapareceu? Ela era convidada dessa reunião. Deveria ter uma lista com o nome dos convidados, certo? E o senhor disse que não encontrou nada. Como foi essa investigação? O senhor disse que não encontrou nada. O senhor fez uma investigação e não encontrou nada, nenhum indício. Como foi essa investigação? Conte para a gente, por gentileza.

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Sim, Sra. Deputada. Eu conto primorosamente para a senhora. Eu conversei com o Dr. Públio Caio, que é o Promotor do Ministério Público Estadual...

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Como é o nome dele?



O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Públio Caio. Tive uma conversa, por telefone, com ele. Conversei com o Dr. Públio Caio, relatei o assunto, ele disse que não havia indício nenhum em nenhuma vertente de investigação do Ministério Público no Estado do Amazonas. Também conversei...

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - E o senhor se deu por satisfeito?

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - (*Risos.*) Deputada, conversei e também tive contato com a Presidente da Amazonastur, Dra. Oreni Braga, e ela também disse que não havia indícios. Ainda conversei com a Dra. Graça Prola, que trabalha com essa vertente da proteção da criança e do adolescente na Secretaria Estadual de Assistência Social, mas ela também disse que não havia nenhum tipo de indício dessa situação. E aí, Deputada, o que devo fazer, se todos disseram que não?

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - O senhor deveria ter subido na tribuna e ter feito um esclarecimento para não envolver as pessoas e a gente chegar até aqui a esta CPI para ouvir do senhor que não existe nada.

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Sim, Deputada. V.Exa. me chamou aqui com base em uma notícia publicada em um *blog*. É evidente que a notícia tem um fundo de verdade porque...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não foi pela notícia, foi pela investigação dos Estados Unidos em cima da prática desse esporte, que é a pesca esportiva.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Responda, Vereador, por favor.

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Muito obrigado, Presidente, pela senhora me acolher.

Bem, então, diante do fato colocado e de eu não ter encontrado, Deputada, eu não tive materialidade para provocar uma representação ao Ministério Público Estadual. Foi isso o que aconteceu. Volto a repetir: se houve um equívoco da minha parte, este foi não ter me pronunciado em seguida para relatar isso.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Está bom.



O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - O.K., Deputada? Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Vereador Elias, deixa eu lhe dizer porque estou um pouco estupefata aqui com a sua declaração. Primeiro, o senhor tem uma informação de uma servidora da Amazonastur. Então, o senhor a identifica como uma servidora da Amazonastur em uma reunião, em uma reunião para organizar a marcha de enfrentamento à exploração sexual, que faz parte, inclusive, do calendário oficial da cidade. Segundo o senhor mesmo nos relatou anteriormente, por iniciativa de V.Exa., V.Exa. sugeriu que essa marcha de enfrentamento à exploração sexual que acontece no dia 18 de maio fizesse parte do calendário oficial da cidade. Foi uma sugestão de V.Exa., uma proposição que acabou se concretizando em uma lei e faz parte do calendário oficial.

Nessa reunião — é a sua conversa — na Secretaria de Desenvolvimento Social, Assistência Social, ou coisa que o valha, o senhor foi abordado por uma pessoa, uma servidora da Amazonastur que o senhor não sabe o nome, não sabe onde está, não consegue reconhecer e que simplesmente sumiu. O senhor não tem mais notícia dela — foi o que o senhor falou aqui. O senhor não conseguiu identificá-la, não sabe o nome, não sabe onde encontrá-la e não sabe, portanto, onde ela está. Ela simplesmente sumiu. Isso ocorreu em uma reunião oficial de uma Secretaria de Estado, onde esta servidora estava, e o senhor a identifica como da Amazonastur, provavelmente compondo ou representando aquela instituição.

Então, parece-me absolutamente estranho que nós tenhamos o desaparecimento ou, enfim, a não identificação ou a evaporação de uma servidora que procedeu a essa denúncia.

Depois, o senhor me disse que ligou para o Ministério Público; ligou para a ex-Delegada — pelo que eu entendi, porque agora trabalha na Secretaria de Estado — Graça Prola; ligou para o Promotor Público Caio e também entrou em contato com a Amazonastur para saber — penso eu, e o senhor me corrija se eu estiver errada — *“Existe essa história de que estamos reservando, que tem reserva de leitos com a finalidade de exploração sexual de crianças e adolescentes e tal, tal, tal?”* A Amazonastur disse que não tem, a delegacia disse que não tem, o Promotor disse



que não tem — e nós vamos inclusive solicitar formalmente se ele tomou conhecimento.

O senhor fez um depoimento aqui de que tinha apresentado essa denúncia para o Promotor Público Caio e que ele disse assim: “*Não, não existe, não tenho notícia disso, não existe.*” E simplesmente uma denúncia dessa gravidade, de uma pessoa que estava em uma reunião oficial, representando uma instituição que diz respeito à política de turismo da região ou do Município e que, simplesmente, frente a essas declarações de que não existe ou coisa que o valha, o senhor abandonou a notícia e qualquer possibilidade de investigação.

Nisso aqui caberia uma representação, sim, em função da notícia que o senhor escutou, uma solicitação de investigação. Em Manaus, no Amazonas, tem uma delegacia de proteção. Portanto, tem uma delegacia especializada para proteger direitos de crianças e adolescentes que tem tido uma atuação de enfrentamento à exploração sexual reconhecida nacionalmente, inclusive, que poderia estar fazendo um procedimento em qualquer tipo de investigação.

Mas não é só isso. V.Exa. disse que a sua pasta, ou a Comissão Permanente, diz respeito aos direitos da criança, do adolescente e também do idoso e discorreu sobre uma série de ações que são louváveis e elogiáveis que o senhor faz em defesa da população idosa. Mas o senhor não tem ou não discorreu acerca da questão dos direitos da criança e do adolescente, ainda que o senhor conheça a questão da feira — porque o senhor inclusive disse qual era, ou tem notícia disso. O senhor disse qual era o órgão de imprensa que fez a denúncia. O senhor citou o diário de alguma coisa — não sei, não lembro ao certo —, mas a Deputada Lilian Sá leu uma denúncia que saiu na imprensa em Manaus, e V.Exa. disse que isso aí saiu no diário tal, no jornal tal — do qual não lembro o nome —, mas V.Exa. conhecia a denúncia. V.Exa. também conhecia o estudo, que me parece é bastante profundo e bastante largo, do Padre Hudson, que é uma tese de doutorado que discorreu acerca do fenômeno, ou, sim, da existência da exploração sexual em Manaus. Então, V.Exa. conhece o Padre Hudson, conhece a pesquisa que ele fez e sabe da amplitude dela — V.Exa. acabou de falar isso aqui. Então, V.Exa. conhece.

Quando a Deputada Lilian Sá pergunta se V.Exa. já teve notícias e V.Exa. diz: “*Olha, na delegacia não há nenhum tipo de investigação ou de processo (...)*” — foi



o que o senhor falou aqui. *“O que eu tenho notícia é que na delegacia especializada não existe nenhum tipo de processo acerca de exploração sexual. Então, eu não posso dizer que há”*. Mas aqui está um jornal, uma matéria — e V.Exa. disse que sabia de onde é que teria saído —, que diz: *“Conselho tutelar está investigando denúncias de prostituição infantil na Feira da Manaus Moderna”* e tudo mais. E o senhor conhecia a pesquisa ou a tese de doutorado do Padre Hudson, que versa, pelo que me consta, pelo que eu acabei de escutar aqui, sobre exploração sexual de forma muito larga, com muitos detalhes. Enfim, é uma tese acerca disso, com um amplo universo de pesquisa.

Portanto, eu tenho a impressão — e nós vamos, enfim, sem nenhuma dúvida, e eu estou sugerindo isso como encaminhamento, Deputada Carmen — que nós podemos entrar em contato com o Promotor Público Caio, que podemos entrar em contato com a Dra. Graça, que já foi da delegacia, e que podemos entrar em contato inclusive com a delegada acerca das condições de enfrentamento da exploração sexual, para que nós possamos ter exata noção e para que nós possamos também confirmar que essas denúncias simplesmente não foram colhidas para que pudessem passar por um processo de investigação.

É uma denúncia extremamente grave em uma cidade onde existem várias denúncias. Eu não falo em indícios. Mas a questão do acidente com a voadeira comprovou que existia uma prática naquele local. Nós tivemos a oportunidade, inclusive, de escutar a Dra. Graça aqui no Distrito Federal, tivemos a oportunidade de escutar uma série de representantes de organizações não governamentais lá de Manaus e do Amazonas. E não é se há ou não indícios, houve depoimentos que atestam de forma muito contundente que há uma prática de exploração sexual dentro do turismo ou da pesca esportiva. Obviamente, não estamos dizendo aqui e nem poderíamos falar isso, porque é uma atividade extremamente reconhecida no Brasil inteiro. Não podemos dizer que toda a pesca esportiva envolve isso. Não é isso. Mas que havia a prática ou que há a prática nesse sentido, encoberta pelo turismo de pesca.

Portanto, eu fico muito espantada. E nós vamos, a partir do seu depoimento, onde o senhor descobriu tudo o que já foi falado, onde o senhor diz que houve um processo de investigação dessas denúncias, que elas foram descobertas e que o



senhor hoje acha que o seu único problema foi não ter desmentido o que o senhor mesmo falou, mas sem nenhum tipo de investigação que tenha sido feita para que nós pudéssemos refutar essa denúncia, que, em verdade, não surge à toa; surge de uma pessoa que representava uma instituição ligada ao turismo no Estado do Amazonas para preparação de uma atividade no dia 18 de maio.

Eu vou passar a palavra para a Deputada Carmen Zanotto, depois para o Deputado Luiz Couto, para que nós possamos dar prosseguimento a esta audiência.

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Pode, claro.

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Deputada, eu gostaria de esclarecer. Veja só: em nenhum momento eu quero me colocar aqui como omissos diante das questões. Mas, só para que a gente pudesse ter bem clara a situação, a pessoa que se apresentou a mim e me falou desse estudo de acessibilidade na cidade de Manaus com leitos de hotéis para a Copa de 2014 — veja só, eu gostaria de deixar bem claro —, isso que ela noticiou e que ela me informou não foi alvo da reunião, Deputada.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Eu sei.

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Nós conversamos após a reunião.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Entendi, entendi, entendi.

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - A senhora entendeu perfeitamente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Eu não falei em nenhum momento que a reunião era...

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Eu só tive essa preocupação, porque a senhora coloca que alguém oficial, representando um órgão de Governo...

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Não, não, não, não, não. Apenas quis dizer que V.Exa. disse que estava em uma reunião...

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Estive na reunião.



A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - A reunião era para organizar no dia 18 de maio, portanto, não era com o objeto dessas denúncias...

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - O foco não era esse.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) -... e que nessa reunião o senhor teve contato, foi procurado...

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Após.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) -... por uma representante.

Claro, o que eu estou dizendo — e V.Exa. talvez não tenha entendido — é que o senhor disse que depois não tem como identificar, não sabe quem é essa pessoa, enfim. Mas essa pessoa estava em uma reunião, pelas suas próprias palavras, na Secretaria de Desenvolvimento Social — ou um nome que a represente e tenha a mesma função —, na SEAS, Secretaria de Assistência Social, ou seja, que essa pessoa da Amazonastur estava nessa reunião. Portanto, não é uma pessoa com a qual o senhor cruzou na rua. É uma pessoa que estava em uma reunião para organizar um ato, uma marcha, ou coisa que o valha — e é bastante louvável que isso aconteça —, de enfrentamento à exploração sexual, no dia 18 de março.

Eu entendi perfeitamente que a reunião não era para fazer essa discussão. Eu apenas digo que essa pessoa estava lá nessa reunião e falou com V.Exa. depois da reunião, como o senhor disse. Mas que estava lá, que era servidora da Amazonastur e que o procurou com essa denúncia.

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Eu passo a palavra para a Deputada Carmen Zanotto e, em seguida, para o Deputado Luiz Couto.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Obrigada, Deputada Erika Kokay, nossa Presidenta. Deputada Liliam Sá, nossa Relatora; nobre Vereador Emanuel, primeiro, quero agradecer pelo senhor estar aqui conosco.

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Muito obrigado.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - E quero manifestar alguns sentimentos e algumas preocupações. Primeiro, eu quero acreditar que essa servidora ou essa cidadã que estava na reunião, quando ela o procurou ou quando ela lhe falou sobre essa possibilidade ou esses indícios de que poderia estar havendo exploração sexual de crianças e adolescentes na rede hoteleira, reserva de



hotéis, foi também pelo fato de o senhor ocupar, além de ser um Vereador, a Presidência da Comissão de Direitos da Criança e do Adolescente. Então, foi nessa magnitude que... Com certeza, eu já participei de inúmeras reuniões e muitos assuntos que são inerentes ao tema não acontecem durante a plenária. Mas, até como um aviso, eu acredito até como um pedido de socorro, precisamos olhar para o que pode estar acontecendo na nossa cidade, porque nós sabemos que o País como um todo vive a exploração sexual de crianças e adolescentes.

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Sim, senhora.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Então, a gente não pode achar que lá não existe nada, até porque — a Deputada Lílian tomou cuidado — nós temos mais de uma dezena de matérias que mostram que pode estar acontecendo esse tipo de situação na cidade de Manaus.

Então, a minha preocupação e o meu pedido é: se em algum momento houve, após a repercussão na mídia e a convocação da nossa CPI, o senhor pensou em instalar uma comissão interna da Câmara de Vereadores, uma CPI, para tratar desse assunto — uma vez que é um assunto delicado, como todos nós entendemos. Mas eu não quero... e também já lhe faço a segunda pergunta: a partir do momento em que o senhor se pronunciou, o senhor sofreu algum tipo de pressão para buscar amenizar a situação, com a preocupação geral do Estado, com a preocupação do Município, para que não prejudicasse o turismo? O senhor sofreu algum tipo de pressão para deixar esse assunto de lado? Ou seja: *"não é bem isso, pois não tem nada no Ministério Público, não tem nada que esteja documentado..."* Porque me preocupou muito, na nossa audiência pública anterior, que o assunto tenha ido para o mesmo caminho. A senhora Luciana Vieira de Sousa, que é Chefe do Departamento de Registro, Fiscalização e Estatística da Empresa Estadual de Turismo do Amazonas, durante todo o período da audiência afirmou que absolutamente desconhecia qualquer tipo de caso de exploração sexual de crianças e adolescentes no Município. Da mesma forma, o nosso Capitão de Mar e Guerra Paulo César Machado relatou para gente que, de 20 mil vistorias nas embarcações, nenhuma delas tinha registrado indícios de...



A gente precisa saber se a gente quer procurar, se a gente quer ver, porque, muitas vezes, a gente prefere apenas vistoriar os papéis da embarcação, apenas vistoriar a rotina das empresas de turismo. Mas, segundo os jornais...

Sra. Presidente, não sei se a gente já fez algum requerimento convidando o Superintendente da Polícia Federal do Amazonas, Sr. Sérgio Fontes, porque ele relata: "*O pacote incluía turismo sexual*". Precisamos saber se nesse pacote de turismo, cuja finalidade era a pesca, poderia ter um segundo objetivo e se esse turismo sexual era com crianças e adolescentes.

Conforme bem lembrou o nosso Deputado Jean Wyllys, na última reunião, tem também a questão das profissionais que nós precisamos respeitar. Mas, com a sua sensibilidade, uma sensibilidade de Vereador, Presidente de uma Comissão dessa magnitude, que é a da criança, do adolescente e do idoso, não lhe soa muito estranho várias matérias e todos dizerem que não existe nenhum indício, não existe nenhum processo?

Meu Deus! Se a gente andar nas ruas das cidades da gente, se gente quiser procurar, a gente enxerga. Basta a gente parar o carro e perguntar para aquela menina ou aquele menino: que idade você tem? A gente encontra. E atrás daquela criança ou daquele adolescente a gente vai saber quem é que os estava explorando, porque sempre tem alguém, porque isso acaba sendo uma rede que facilita, que possibilita.

Eu não vou poder ficar durante toda a sessão, porque eu sou obrigada a ir ao Plenário 7, porque temos uma reunião da enfermagem. Mas eu queria pedir que o senhor pensasse nesta CPI e falasse como é que o senhor se sente como Presidente de uma Comissão dessa magnitude, com todas essas matérias, com tudo isso que a Deputada Lílian e a Deputada Érika já colocaram, pois lá parece que não existe nada. Será que é uma cidade excepcional, diferente das demais cidades brasileiras?

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - O senhor pode responder. Depois eu passo para o Deputado Luiz Couto.

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Deputada, a sua preocupação é extremamente justificável. Quando eu respondi à Deputada Lílian — e ela foi enfática ao perguntar: "*Existe exploração sexual em Manaus?*" —, eu não



pude dar a resposta a ela com a concretude que ela me exigiu porque eu não tenho estatísticas à mão, minha cara Presidente. Então eu não posso dizer que existe. "Então, comprove!" Eu não tenho estatística à mão. E quero deixar muito claro que não vim a esta Casa para comprovar que faço parte de um complô que tem o intuito de camuflar uma realidade que existe no meu Estado, mas não é uma peculiaridade no meu Estado. Na véspera do dia 30 de outubro, antes de vir para cá, eu assisti, no *Fantástico*, reportagem em que um rapaz que trabalhava de cabeleireiro fazia o aliciamento de menores no Morro da Rocinha. E o repórter investigativo da *Globo* gravou flagrantes desse aliciamento e da compostura daquele rapaz. E ele foi preso em flagrante, depois, pela Polícia do Rio. E eu não vou dizer à senhora que em Manaus nós estejamos no Éden, no paraíso, e que não haja ilícitudes. Agora, eu não posso aqui chegar para a senhora e dizer: "Ah." A senhora vai meu dizer, então: "Quais são as estatísticas?" Eu não as tenho em mão, mas não posso garantir à senhora: "Não, lá em Manaus isso não existe." A questão não é essa. As notícias comprovam isso, não é verdade? As notícias comprovam isso. Eu tenho certeza que a Presidente da Comissão já deve ter requerido da AMAZONASTUR esse estudo de acessibilidade, que pode comprovar se chegaram ou não aos motéis, para que a gente possa ter essa concretude. Por exemplo: já está marcada para o dia 27, no seio da minha Comissão, lá em Manaus, uma audiência pública para que a gente trate desse assunto, com vistas à Copa do Mundo. A minha Comissão vai se reunir, Deputada. E, aí, eu não sei... A senhora disse que vai estar em Manaus. Em que período? No fim do mês agora? Já nos dias 25 e 27? Nós vamos nos reunir em torno desse assunto, e eu gostaria, inclusive, de passar a ata de tudo que foi colocado nessa investigação, nessa reunião. Agora, como Parlamentar que sou — e V.Exas. também são —, eu preciso de fatos determinantes para que a gente possa abrir uma CPI nesse sentido e ter um fato determinante a partir da publicação de jornais. Agora, por exemplo, não pode ser fato determinante de uma CPI da Câmara Municipal de Manaus o possível aliciamento de menores em Iranduba e em São Gabriel da Cachoeira. Não é fato determinante para nós, entendeu? Agora, quero deixar muito claro... E, Presidenta, me permita, eu não respondi na inteireza o que ela me cobrou, eu não fui pressionado pelo Governador, pela presidente da agência, por Deputados, seja lá por quem for. Eu não fui pressionado.



A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo.

Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sra. Presidente, isso me lembra a CPMI que investigou as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes. Naquela oportunidade nós tivemos diversas rotas de exploração sexual naquela região, que ia de Manaus para Boa Vista e para outras regiões também lá da Venezuela, das Guianas e companhia.

Naquela época, o relatório que foi feito revelava também que pessoas que iam para essa chamada “pesca”... iam lá magistrados, políticos, comerciantes, empresários, e todos desmentiram, mas tinha depoimentos de adolescentes, tinha depoimentos de adolescentes, que estão registrados.

Então, eu vou mandar o relatório e vou pedir também os depoimentos das adolescentes — que hoje eu acho que estão em fase adulta — para que o nosso Vereador Elias possa tomar conhecimento da CPMI, do relatório e dos depoimentos que foram colhidos.

Quando esse relatório foi colocado em votação, houve uma pressão de políticos da região, lá de Manaus, Amazonas, para retirar políticos, magistrados, comerciantes e empresários do relatório. E conseguiram! Porque retiraram as representantes, que eram as mulheres, e botaram lá — como era CPMI, eram Deputados e Senadores — Senadores para tirar essas pessoas.

Então, parece que aqui também... Ou seja, diz aqui a matéria. *“Olha, parece pedofilia, mas os envolvidos não são investigados e muito menos punidos.”* Volta a velha história. E é por isso que sempre dizem *“Não. Não tem dados.”* Dados tem. Dados tem. Não é possível que o Padre Hudson faça uma tese, que foi aprovada, dizendo que tem, e mostrando como é que funciona, e isso... A impunidade continua reinante lá!

E, aí, os envolvidos não são investigados, e não se pode punir sem que haja investigação e, por sua vez, se investigados, vai ter sempre alguém que vai interferir para retirar esses nomes dos relatórios. Então, essa é a primeira coisa que eu gostaria de colocar.

A segunda coisa que eu gostaria é com relação ao fato, ou seja: *“Polícia investiga prostituição de adolescentes em presídio do Amazonas.”* Está lá. No



presídio, onde adolescente foi explorada sexualmente. E parece que as pessoas não conhecem isso aí, não têm conhecimento, não têm conhecimento.

Segundo: *“Empresa norte-americana vendia virgindade de meninas de 12 anos, em Manaus.”* Isso é publicado, é investigado lá e cá. O delegado disse assim: *“O pacote incluía o turismo sexual”, afirma o Superintendente da Polícia Federal no Amazonas, Sérgio Fontes.* E agora? Parece que há um fenômeno de embaçamento da consciência lá para que de fato não haja investigação ou mesmo não se possa colocar.

Se eu tive uma informação, Vereador, de uma representante lá que falou depois *“olha, tem isso aqui”*, eu nem pensava, nem fazia o discurso, eu mandava para o Ministério Público, eu mandava para a Polícia Federal, mandava para ouvir, para que ela pudesse comunicar. Você não fez. Colocou a situação numa coisa e depois, mesmo que não tenha sofrido pressão, e a gente sabe que a pressão é múltipla, ou seja, pode não ter sofrido, mas isso ocorre.

“Uma empresa de turismo norte-americana que organizou excursões pesqueiras na Amazônia está sendo investigada sob suspeita de explorar o turismo sexual no Brasil.” Está aqui, com clareza. Ou seja, a gente sabe das coisas lá pelo jornal *New York Times*, também sabe pela BBC de Londres, porque por aqui...

“Turismo sexual avança no Brasil e estimula a prostituição infantil.” BBC de Londres. Está aqui.

Além do mais, Sra. Presidenta, eu vou fazer os comentários sobre isso aqui: *“Departamento de Justiça americano investiga turismo sexual infantil na Amazônia, diz o New York Times.”* Aí, na última reunião, veio um Deputado aqui reclamando por que o Departamento de Justiça estava interessado. De fato, se tem uma empresa lá que está agindo dessa forma, investiguem, como está sendo investigado também no Brasil. Ou seja, é preciso que nós possamos...

Aí, tem: *“Turismo sexual avança pelo Brasil e estimula a exploração sexual de crianças e adolescentes.”* *“A cada semana, operadores de turismo despejam nas cidades brasileiras milhares de homens europeus que chegam em voos fretados, especialmente ao Nordeste, em busca de sexo barato, incentivando, assim, a exploração sexual.”*



Aí, vem a denúncia: *“Agências de Turismo de Pesca Esportiva estariam fomentando... Denúncias. Agências, não diz de todas elas, mas está aqui: “Agências de turismo voltadas para a temporada de pesca esportiva do Estado estão alugando alas inteiras de motéis na cidade para turistas que vêm para a região para esta temporada.”* E é na denúncia que você recebeu dessa senhora que você não tem o nome agora, mas que de fato comprova isso aqui.

Aí, diz aqui: *“Só restou o medo. Envergonhadas, índias relatam terem sofrido abuso sexual praticado há cerca de 6 anos por turistas americanos que realizavam excursão de pesca em rios da Amazônia.”* Está aqui. O caso veio à tona porque foi publicada reportagem no jornal *New York Times*, no último dia 9, sábado, de 2011, mostrando que parece que lá conhecem e aqui, não.

“Tráfico humano. O Conselho Tutelar registra o desaparecimento de 20 garotas do interior do Amazonas.” E há até o nome do grupo: Fênix. Grupo Fênix. Elas seriam levadas para um Município em Rondônia, etc. mostrando as diversas rotas que existem naquela região.

“Manaus — Conselho Tutelar está investigando denúncias de exploração infantil na Feira da Manaus...” Ou seja, está aqui. Não tem do que duvidar, está aqui. É só buscar esses dados no Conselho Tutelar, nas pastorais que tem lá de crianças e adolescentes. Eu estive lá na Câmara e na Assembleia e teve depoimento de pessoas lá, como é que funcionava, o que se fazia lá. Só que, de fato, tinha, quando envolvia alguém importante, sempre a interferência para dizer que não acontecia nada daquilo.

Então, Sra. Presidenta, eu fico preocupado com isso. Eu acho que como o nosso Vereador não tem tantas informações... Tem informações sobre aquele... O que nós estamos aqui, Vereador, se fosse violência contra os idosos, nós estaríamos discutindo violência contra os idosos. Mas nós estamos discutindo aqui, investigando exploração sexual de crianças e adolescentes. É sobre isso que nós queremos saber. Se tivesse sido exploração, violência, estupro contra o idoso, nós estaríamos também fazendo a mesma situação aqui.

Então, nesse sentido, mais do que nunca, temos que ir ao Amazonas para fazer as diligências e ouvir quem tem informações sobre essa chaga que, infelizmente, ainda domina o nosso País.



A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Eu gostaria de...

O senhor deseja falar?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, só fiz comentários. Se ele quiser...

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Deputado, eu acolho com muito carinho tudo o que o senhor acaba de colocar. Muito obrigado. Veja o senhor, eu gostaria de reafirmar, como o senhor disse: a tese do Padre Hudson, eu tomei conhecimento da tese dele não faz nem 15 dias. Eu tive uma conversa com ele não faz 15 dias, portanto, não poderia pegá-la como materialidade para tomar o caminho que a Deputada me indicou, da abertura de uma CPI, mas deixa claro que...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Uma CPI, não, Sr. Vereador, o senhor podia pedir uma audiência pública. (*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Não, foi a Deputada Carmem...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ah, tá.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Não fui eu que, baseada na matéria dos jornais que a senhora...

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Vamos esperar.

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Obrigado, Sra. Presidenta, pelo direito à palavra. Então, vamos fazer, eu vou fazer, e faço questão, Presidenta, de, muito embora não ser um ato regimental, eu vou fazer, e farei questão, do suprassumo das audiências que tivermos, eu vou substanciar o trabalho da CPI aqui. Irei mandar oficialmente a ata de realização desses eventos na Câmara Municipal de Manaus, muito embora não haja uma previsão regimental. V.Exa. sabe muito bem. Mas com o intuito de colaborar, estarei à disposição e mandarei para V.Exas. tudo o que pudermos acarear em audiências públicas na Câmara Municipal a respeito deste tema. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - (*Fora do microfone. Ininteligível*)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo.

O que nós vimos no dia de hoje é que nós é que estamos lhe dando os elementos, porque V.Exa. desconhecia muitas coisas que foram citadas aqui nesta Comissão, no dia de hoje. Entretanto, nós agradecemos qualquer tipo de contribuição.



Como encaminhamento deste depoimento, eu queria alertar a Secretaria da CPI que nós vamos fazer uma solicitação por escrito ao Sr. Públio Caio, à Sra. Graça Prola e também ao Superintendente da Polícia Federal do Amazonas sobre essas... Inclusive sobre o fato de o senhor ter essa declaração também da delegada da DPCA...

O SR. ELIAS EMANUEL REBOUÇAS DE LIMA - Linda Gláucia de Moraes.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - ...Linda Gláucia, acerca da inexistência de qualquer tipo de procedimento, embora nós tenhamos, tantas denúncias que foram aqui citadas. E denúncias, todas elas, de extrema gravidade, todas elas com fontes muito críveis, não é? Porque nós temos denúncias aqui que partem do Conselho Tutelar, denúncias que o senhor recebeu que partem de servidoras da Amazonastur. Então, portanto, não são denúncias sem...Embora o senhor não consiga lembrar, e não consiga identificar, e não consiga localizar e não consiga saber exatamente quem foi, ou saber, de forma alguma, quem foi que falou, mas denúncias em uma reunião de uma Secretaria para discutir uma atividade no dia 18 de março. E nós vamos comunicar, fazer esse comunicado às autoridades ali, do Estado do Amazonas e do Município de Manaus, acerca dos fatos que aqui foram objeto desta audiência.

Eu queria agradecer a sua presença, agradecer a presença dos Deputados e das Deputadas, e, com isso, declarar encerrada a presente reunião de audiência pública desta CPI, onde nós colhemos o depoimento do Vereador que preside a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Idoso, o Vereador Elias Emanuel Rebouças de Lima.

Com isso, declaro encerrada a presente reunião de audiência pública.